

## NATUREZA, SOCIEDADE E TRABALHO: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO

Ana Karina da Silva Alves<sup>1</sup>  
Frederico Jorge Ferreira Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo fornecer elementos para a compreensão das transformações no mundo do trabalho, a partir de um breve resgate sobre as sociedades primitivas e contemporâneas e, a importância do papel do trabalho na formação dessas sociedades, em função da relação homem/natureza, com base nos conceitos centrais de Marx, Engels e Mészáros. Com esse intuito, foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa, com recorrência aos materiais bibliográficos e documentais já produzidos a respeito das categorias apreendidas. Neste sentido, propõe-se a ampliação da discussão acerca da temática.

**Palavras-chave:** Trabalho. Capitalismo. Crise estrutural do capital.

### 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sua existência, o homem se relaciona com a natureza, mas nas primeiras sociedades, essa relação era mais harmoniosa, visto que ele só retirava dela o que precisava para a sua subsistência. Engels (1876), afirma que o homem foi utilizando e modificando a natureza, através do trabalho, característica que o diferencia dos animais.

O trabalho é definido por Marx como a atuação do homem sobre a natureza externa para dar utilidade aos seus recursos, como forma de satisfazer as necessidades humanas, configurando-se como dispêndio de força humana, física e mental sobre a natureza, para a produção de valores de uso.

Lessa (2007), por sua vez, infere que o trabalho é a relação do homem com a natureza e, em consonância com o pensamento de Marx, afirma que através do

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Grupo de Pesquisa: Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana – GPOSSHE Email: karinebarcelos@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Grupo de Pesquisa: Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana – GPOSSHE E-mail: frederico1917@yahoo.com.br.

trabalho, o homem vive em constante modificação do meio natural e de si mesmo, distanciando-se cada vez mais do ser natural e aproximando-se do ser social.

Nesse sentido, há que se entender o trabalho como uma atividade permanente, levando em conta o seu caráter fundante do ser social, já que impulsiona a dinâmica da vida em sociedade, incidindo de forma decisiva no processo de ruptura do homem com a natureza. Nessa perspectiva, ele se torna resultado desse processo, onde a natureza é regulada e transformada pela ação do homem.

Tal processo tem o objetivo de transformar objetos naturais em valores de uso, ou seja, em produtos que o homem usa para a reprodução de sua existência (LUKÁCS, 2007). Por meio do trabalho, o homem passou a se relacionar consigo e com os outros homens, criando o ser social, que possibilitou o agir coletivo e o desenvolvimento da sociedade (MARX, 1978).

Engels afirma que não só o trabalho, mas, também a palavra articulada “foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano” (ENGELS, 1876). Esse processo de desenvolvimento foi fundamental para que, tanto o homem quanto a própria sociedade se desenvolvesse como um todo, pois, devido ao domínio que teve sobre a natureza, com o desenvolvimento da mão, através do trabalho, o homem ampliou seus horizontes e descobriu nos objetos, novas propriedades que ele até então não conhecia.

Assim, podemos afirmar que, de certa forma, “o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876) e conseqüentemente, possibilitou seu domínio sobre a natureza. Ele – o trabalho –, conforme o autor admite, é “condição básica e fundamental de toda a vida humana”, uma vez que possibilitou a evolução gradativa do homem e sua adaptação à natureza.

A relação do homem com a natureza se modificou ao longo dos anos, através de seu desenvolvimento, pois, a cada passo de sua evolução, ele foi sentindo novas necessidades e por isso precisou procurar outros meios de supri-las.

Nesse sentido e partindo do pressuposto de que através do trabalho o homem modifica a si e a natureza, este estudo buscou refletir sobre como a partir dele – o trabalho –, as sociedades se desenvolveram e sofreram diversas transformações que alteraram os modos de produção, tornando ainda mais precária

a força de trabalho humana, permitindo ao sistema capitalista que se instaurasse como sistema dominante.

## **2 ASPECTOS DA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA E DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NAS DIVERSAS SOCIEDADES**

Para uma melhor compreensão deste desenvolvimento, convém determos a um breve resgate histórico das mudanças ocorridas nas sociedades primitivas até as sociedades modernas, em que o homem precisou criar soluções para enfrentar as barreiras impostas pela natureza, transformando sua relação consigo e com o meio.

Na era Paleolítica, por exemplo, os homens eram nômades e se deslocavam constantemente em busca de comida, pois até então, eram desprovidos de maiores habilidades e técnicas. Posteriormente, na transição desse período para o Neolítico, denominada de Mesolítico, o homem já domesticava animais e nessa época, houve o domínio do fogo e um princípio de agricultura, bem como a domesticação de animais, que se desenvolveu mais ainda no período Neolítico.

A Revolução Neolítica ou Revolução Agrícola, por sua vez, propiciou uma intensa transformação na relação entre o homem e a natureza durante o esse período. É, pois, a partir daí que ocorre a fixação do homem a terra, deixando ele de ser nômade, iniciando a formação das aldeias. Este fato permitiu um maior controle da produção de alimentos, resultando em um aumento populacional e a produção de excedentes, que por sinal, permitiu as trocas de produtos, dando início a um princípio de comércio (CATANI, 1991).

A primeira condição para o surgimento das cidades foi a fixação do homem a terra, e a condição seguinte seria um nível de organização social mais complexo, que até então não existia nas aldeias. Tal complexidade só seria possível através da divisão social do trabalho (SPOSITO, 2001). Essa divisão do trabalho e conseqüentemente o desenvolvimento das cidades veio ocorrer intensamente na Antiguidade, sobretudo no Império Romano. O maior relacionamento entre as cidades que ocorreu através da formação de uma rede-urbana, politicamente

unificada, foi um marco importante que resultou em uma intensificação do processo de urbanização.

Com a queda do Império Romano, em consequência das inúmeras invasões dos povos bárbaros e das más administrações dos imperadores, houve também um declínio dessa urbanização, através da desarticulação da rede-urbana, acarretando uma diminuição de cidades e até mesmo o desaparecimento de algumas. A falta de um poder político centralizado fez com que as relações comerciais entre as cidades culminasse na instalação de um novo sistema, de essência agrícola: o sistema feudal, que tinha por base a economia agrária voltada para a subsistência.

Nesse sistema, a sociedade era hierarquizada e dividida em nobreza, que detinha o poder e as terras; o clero (ordem religiosa) e os servos, que eram muito explorados e obrigados a pagar tributos aos senhores feudais para o uso da terra. Logo, este fator tornava-se condição para a diferenciação de classes. No feudalismo, o homem detinha os meios de produção e da sua força de trabalho, por isso, era chamado de artesão e segundo CATANI (1991):

[...] trata-se de um produtor independente, que vende seu produto e não vende a sua força de trabalho, a qual, portanto, não é mercadoria. Isto se torna possível porque o artesão é dono tanto do seu trabalho como de seus meios de produção, quer dizer, é dono de seus instrumentos e da matéria prima que vai usar; em consequência, é dono também do produto que o seu trabalho produziu (CATANI, 1991, p. 28).

É oportuno destacar que, à época, o sistema feudal sofreu crises que impossibilitaram a absorção de toda a massa de povos que vivia nos feudos, ocasionando a fuga de muitos servos, que construíram fortificações, chamadas de burgos, sendo eles, a partir de então, denominados de burgueses.

Diante desse cenário, o conflito de interesses se dava, a partir daí, entre os burgueses e trabalhadores e não mais entre reis e nobres ou senhores e servos. Isto posto, podemos afirmar sem dúvidas, que a desigualdade de classes sempre existiu, mesmo em outros modos de produção anteriores ao capitalismo.

Os burgos, posteriormente se tornaram Cidades, ainda que situados dentro dos feudos, fato que impedia os burgueses de serem totalmente livres dos senhores feudais, o que gerou conflitos entre ambos, pois os burgueses queriam expandir seu modo de produção, que visava principalmente o lucro.

Dessa forma, os burgueses se aliaram ao Reis da época, para reforçar o fortalecimento da burguesia, objetivando derrubar o feudalismo, e por fim, tornaram-se a classe dominante. Nesse contexto, em meados do século XV, surge o sistema capitalista, ainda no bojo da sociedade feudal, com uma doutrina mercantilista, denominado de capitalismo comercial (primeira etapa do capitalismo). O sistema capitalista caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, a busca pelo lucro e o uso de mão de obra assalariada livre (SINGER, 1979).

No capitalismo comercial a cidade era o centro econômico, social e político. Nesse período iniciaram-se as expansões marítimas, que ampliaram as bases de desenvolvimento desse sistema, que objetivava o acúmulo de capital através do comércio. Em meados do Século XVIII, houve a consolidação do modo de produção capitalista, fase marcada pelo chamado capitalismo industrial, em que a base do lucro não era mais o comércio e sim, a produção de mercadorias. De acordo com CATANI (1991):

A fase crucial de ascensão do capitalismo é representada usualmente pela chamada 'revolução industrial', quando uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica - primeira, a energia hidráulica, depois o vapor – à produção, transformou o processo de produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tornando-o o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores (CATANI, 1991, p. 41- 42).

A necessidade de reprodução do capital e do aumento da produtividade, bem como a busca incessante por lucros, fez com que emergisse o trabalho assalariado, o que criou as condições do advento da Revolução Industrial, fase em que o capitalismo amadurece e a dominação sobre a natureza se acentua. Para CATANI (1991), a Revolução Industrial e suas inovações técnicas foram o estopim para a ascensão do capitalismo.

Soma-se a essa conjuntura a intensificação do processo de urbanização que ocasionou a migração dos homens do campo para as cidades, desencadeando um crescimento populacional desordenado. Esse aumento populacional aliado à substituição do homem pela máquina gerou, conseqüentemente, um excesso de mão-de-obra que acarretou no desemprego em massa e no aumento da pobreza. Conforme postula Marx (1964):

[...] O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente nessa proporção com que produz bens.

Tudo isso causou um maior grau de exploração, pois as pessoas eram obrigadas a trabalhar por salários baixíssimos acentuando o agravamento de múltiplas expressões da questão social<sup>3</sup>.

Durante o século XIX, houve o surgimento dos monopólios - caracterizados pela concentração e centralização de capital nas mãos de grandes capitalistas – ocasião em que os bancos também mudaram de função, deixando de ser intermediários de pagamentos e passando a ser participantes ativos do processo de centralização do capital. Esses fatores, conforme afirmam Braz & Netto (2006), foram fundamentais para o capitalismo iniciar sua fase imperialista, caracterizado por uma mudança radical no capitalismo de livre concorrência.

Esse período foi dividido nas seguintes fases: *fase clássica* (1890 a 1940), marcada pela crise de 1929 que afetou todo o mundo, configurando-se como um período de recessão econômica, causando altas taxas de desemprego, quedas na produção industrial e preços de ações; *fase dos anos dourados* (fim da 2ª guerra ao início dos anos 70), marcada 30 anos de grande expansão econômica e o surgimento de uma nova forma de organização do trabalho industrial: o binômio taylorismo/fordismo, que buscava um aumento da produtividade através do controle das máquinas e dos homens no processo de produção e que se tornou o modelo padrão nessa época<sup>4</sup>. E, por fim, a *fase do capitalismo contemporâneo* (dos anos 70 até os dias de hoje).

---

<sup>3</sup> Entende-se por questão social como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006).

<sup>4</sup> Outra grande característica do binômio taylorismo/fordismo foi a supressão do caráter intelectual dos trabalhadores, que não precisavam pensar ou raciocinar sobre a realização de uma atividade, deveriam apenas executar, tendo por base uma ação meramente mecânica e repetida (ANTUNES,1999).

### 3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS SOBRE OS TRABALHADORES

O capitalismo contemporâneo surge em resposta à crise estrutural do capital, que se iniciou a partir da década de 70 e que acarretou no fim dos anos dourados. Esta resposta transformou amplamente o cenário mundial, visto que, ocorreram mudanças de âmbitos econômicos, sociais, políticos e culturais, através do processo de acumulação capitalista e as novas formas de acumulação flexível, que passaram a exigir novas estruturas nos serviços financeiros, modificando as tendências no mercado de trabalho.

A forma de acumulação flexível buscava romper com os limites estabelecidos pela rigidez da produção fordista e se deu em virtude do debilitamento desse processo de acumulação do capital (HARVEY, 2000). Assim, o mercado de trabalho passou por uma reestruturação que lhe conferiu maior volatilidade e aumento da competição. Esse processo de reestruturação do capital tem em suas raízes na reestruturação produtiva, na financeirização e na ideologia neoliberal, na tentativa de recuperar as taxas de lucros e de criar novas formas de exploração do trabalho.

Conseqüentemente, essa reestruturação provoca uma redução nas demandas de trabalhadores, que acarreta na dispensa da mão-de-obra, fazendo com que a classe trabalhadora se polarize, e grande parte dessa classe tenha que submeter-se a trabalhos extremamente precários.

Segundo Mézáros (2002), o capital caracteriza-se pela subordinação total das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, visando sua auto-realização ampliada. Nesse sentido, há entre capital e crise, uma relação inerente ao próprio sistema, que vai buscar solucionar os impasses de sua auto-reprodução, através das variantes da crise, que é condição para a sua sobrevivência.

Essa crise, segundo o autor, na contemporaneidade é estrutural e abala as estruturas do sistema que, na tentativa de superá-la, recorre a alternativas que tornam ainda mais precária a força de trabalho humana, e isso permite ao capital que ideológica e politicamente, possa manipular as consciências e se perpetuar como sistema dominante.

A crise estrutural se origina de três dimensões internas do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, conforme postula Mészáros (2002):

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital — produção, consumo e circulação/distribuição/realização — tendem a fortalecer-se e a ampliar-se por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada (MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

Estas três dimensões são necessárias para a auto-reprodução e funcionamento global do capitalismo e formam uma unidade contraditória na busca de submeter toda produção à troca (MÉSZÁROS, 2002).

Assim, o capital vai buscando formas de sobreviver e enfrentar seus próprios limites estruturais, transformando as relações no mundo no trabalho. Essas transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital tiveram como uma de suas consequências o aumento do desemprego estrutural, como também o crescimento do exercito industrial de reserva e o aumento do setor informal da economia.

Neste sentido, Mészáros, afirma que atualmente temos um ataque em duas frentes à classe operária: de um lado, o desemprego crescente que vem disfarçado de flexibilização e, do outro, a redução significativa do padrão de vida dos trabalhadores, acarretando em fragmentação e precarização da força de trabalho. Essa precarização e a própria falta do emprego interliga-se à crescente degradação das condições de vida, acentuando o grau de desigualdade da classe trabalhadora.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O homem estabelece e intensifica sua relação com a natureza a partir das suas necessidades e, com a criação destas, ele vai passando a controlá-la e a modificá-la em função de seus interesses, utilizando-se cada vez mais de seus recursos por meio do trabalho. Essa relação foi fundamental para o desenvolvimento do homem e da sociedade, que ao longo dos anos, também foi se modificando.

O advento da industrialização trouxe consigo muitas mudanças estruturais que marcaram as últimas décadas resultando em alterações nos âmbitos

tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais. Estas modificações também trouxeram a consolidação do modo de produção capitalista que é dominante até hoje e que conseqüentemente transformou as relações existentes no mundo do trabalho.

O capitalismo se apresenta como um sistema contraditório, onde o trabalho é subordinado ao capital, que, por sua vez, é permeado por um contexto de crise, denominado por Mészáros (2002) de crise estrutural, onde o trabalhador não consegue se apropriar do que produz, pelo fato de que, o que é produzido é para fins de comercialização e não para atender as necessidades do homem.

Dentro desse sistema, o homem faz do trabalho a atividade vital, sendo o único meio de continuar existindo biologicamente, por isso vende sua força de trabalho ao capitalista, submetendo-se às piores formas de trabalho. Logo, nesse contexto da exploração do homem pelo homem, cuja, matriz está no trabalho, surge e predomina a desigualdade entre os homens, pois, uns produzem bens materiais e outros se apropriam desses bens e passam a viver o trabalho dos primeiros.

Todas essas contradições revelam-se como um terreno fértil para o desenvolvimento e manutenção do capital e, acarretam no crescimento das desigualdades entre as classes já que, a tensão capital x trabalho gera riqueza para poucos e miséria para a grande maioria da população. Isso ocorre por que, conforme assinala Mészáros (2002), o sistema capitalista impede ideologicamente que as pessoas (a classe trabalhadora) se reconheçam como capazes de mudar o rumo de sua história e promover a emancipação humana.

Não nos resta dúvida que o trabalho seja a atividade através da qual o homem se cria e se transforma e condição eterna da vida humana. No entanto, dentro da sociedade capitalista, ele é realizado de forma que suas potencialidades emancipatórias sejam negadas, sendo, seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social invertido, fazendo com que os indivíduos que o realizam não se reconheçam nele como sujeitos.

Este estudo trata de um tema relevante e atual e sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas aprofundando ainda mais o tema, no intuito de ampliar o conhecimento sobre as modificações no mundo do trabalho, com possibilidade de se realizar ações que visem uma transformação da realidade.

#### **4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo**. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, 1876. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Rocketdition de 1999 a partir de HTML em WWW. Jah.org. Acessado em 16/02/2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de luckacs**. 3 Ed. rev. e amp. – Ijuí. Ed: Unijui, 2007.

LUKÁCS, György. “**As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**”. In COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P. (Org.). O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, KARL. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições, 1964.

MARX, K. **O capital**, Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Editora da USP-Ciências Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. In: **Revista Outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 13. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2001.